



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11618 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

**FORMAS HISTÓRICAS DE TEXTOS ESCOLARES: O LUGAR DO COMPÊNDIO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL**

Gisele Ferreira da Silva de Oliveira - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Silvia Helena Andrade de Brito - UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**FORMAS HISTÓRICAS DE TEXTOS ESCOLARES: O LUGAR DO COMPÊNDIO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DIDÁTICO NO ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL**

Até o século XX, em razão da precariedade de acesso aos recursos textuais disponíveis, sobretudo aos textos clássicos, o uso de *postilas* como instrumento para o trabalho didático ainda era comum. Estas, no entanto, já apontavam para uma nova forma de texto escolar, o compêndio, que se tornará hegemônico, principalmente entre o século XIX e a primeira metade do século XX.

Assim, o objeto desta comunicação, parte dos resultados de uma pesquisa ainda em andamento, são os compêndios, uma das formas históricas dos textos escolares, dando relevo ao seu papel na organização do trabalho didático, no ensino secundário brasileiro. Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é analisar o compêndio como uma das modalidades de textos escolares no trabalho didático, em particular no ensino secundário. Para tanto, a metodologia adotada tem caráter qualitativo, a partir de pesquisa bibliográfica, buscando aporte teórico em livros, teses, artigos, além de outras fontes secundárias que abordem a temática.

A comunicação está dividida em duas partes. Na primeira delas será discutido o uso dos textos clássicos no ensino secundário brasileiro, nas escolas pombalinas. A segunda parte do trabalho é dedicada a debater as alterações nos textos escolares, passando pelas anotações feitas pelos alunos em sala de aula, conhecidas como *postilas*, até o uso efetivo dos compêndios como textos escolares especializados, hegemônicos entre os séculos XIX até meados do século XX.

Como dito, inicialmente é importante chamar a atenção para as Reformas Pombalinas da Instrução Pública, como expressão do Iluminismo português. A visão iluminista portuguesa era essencialmente progressista, reformista, nacionalista e humanista. Era um movimento singular, essencialmente católico e conduzido pela Coroa, no que ficou conhecido como Regalismo português.

Dentre os diversos documentos produzidos no interior das Reformas Pombalinas da Instrução Pública de 1759, destaca-se a *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o Novo Método*. Nele, registra-se a recomendação para utilização de textos clássicos reconhecidos como essenciais à instrução.

Até a segunda metade do século XVIII, o preço dos livros, sobretudo os clássicos, era considerado alto, sendo que muitos títulos eram escassos, o que prejudicava o trabalho didático. Nesse contexto, a recomendação era de que os livros deveriam ser reeditados. Em que pese esta questão, no entanto, o próprio processo de expansão da educação trazia a necessidade de se produzir um tipo de livro mais adaptado às necessidades didáticas, que resumisse, numa só obra, as discussões referentes à cada disciplina escolar, até então presentes em vários textos específicos.

O direcionamento apresentado pelo documento foi constatado, no caso do Brasil, antes da independência, no Seminário de Olinda, criado no ano de 1800, no estado de Pernambuco. Sob a influência das Reformas Pombalinas da Instrução Pública e da orientação política conferida pelo Iluminismo luso-brasileiro, a impossibilidade de acesso às obras clássicas para serem usadas como recursos didáticos foi superada nesta instituição com a utilização de compêndios, como estabelecido pelos *Estatutos do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça da cidade de Olinda, Pernambuco*, documento oficial que reunia as orientações e diretrizes para o funcionamento do Seminário.

Etimologicamente, a palavra compêndio é derivada do latim *compendium* e significa resumo, síntese ou, como acrescido mais recentemente, livro texto para escolas. O termo compendiar significa juntar num só volume textos ou documentos, organizados ou sistematizados, tratando de uma determinada temática, autor, entre outros.

No Brasil, os significados que se incorporavam ao termo compêndio ainda não eram inteiramente coincidentes na segunda metade do século XVIII. Para as Humanidades, o significado atribuído ao termo compêndio pode ser conferido a partir das recomendações dadas ao ensino de Retórica. Para essa disciplina, a orientação era que fosse adotado o significado atribuído ao termo por Quintiliano e Cícero, que implicava a ideia de resumo de uma teoria, de uma ciência ou de uma doutrina. Desse modo, a *Retórica e Poética de Aristóteles*, a *Arte Poética de Horácio*, os extratos de *Instituições Oratórias de Quintiliano*, os extratos do *Orador de Cícero*, eram considerados compêndios, uma vez que resumiam a teoria de um autor, a quem ainda era conferida a autoridade sobre a teoria. Nesse contexto, ainda não existia a figura distinta do profissional que resumia a teoria à parte do autor

clássico. Essa possibilidade vai surgir com a escola moderna.

Não se encontram autores conhecidos para os compêndios de Física, Química, História Natural, História, Geografia, Álgebra, Aritmética e Trigonometria usados em Olinda. O que se constata é a recomendação de utilização de compêndios modernos. Provavelmente seus autores não eram os pensadores clássicos, mas possivelmente, os professores ou estudiosos com reconhecida formação científica, considerados autoridades nas respectivas áreas do conhecimento.

Quando recomendavam o emprego de instrumentos didáticos modernos e quando permitiam aos professores compendiar, os Estatutos atribuíam ao compêndio um significado para além de sua relação estrita com os textos e os autores clássicos. O compêndio continuava sendo um resumo de uma ciência, doutrina, contudo, começava a tornar-se um livro escolar especializado. No Brasil, o que se difundiu ao longo do século XIX, já no período imperial, foi esse modelo de compêndio produzido para a utilização na escola. Em relação a autoria, cabia aos professores das correspondentes matérias que exerciam o magistério nos principais estabelecimentos de ensino, em especial no Colégio de Pedro II, tal responsabilidade.

No Collegio de Pedro II, criado pelo então Ministro da Justiça Interino, Bernardo Pereira Vasconcelos, por meio de decreto imperial em 1837, que converteu o Seminário de São Joaquim no principal colégio de instrução secundária do país, e que deveria servir de modelo aos demais estabelecimentos, constata-se que, em relação aos seus planos de estudos, os compêndios passaram a dominar amplamente o universo dos textos escolares. Inicialmente, até a primeira metade do século XIX, foram utilizados compêndios em língua estrangeira, principalmente francês e inglês. Posteriormente, começaram a ser traduzidos e, já no final do século XIX, passaram a ser escritos pelos professores das respectivas matérias, tendência que passou a predominar nos momentos históricos posteriores.

O fato de o compêndio ser elaborado pelo professor da área revelava que este exercia o controle sobre o instrumento de trabalho didático. Nesse sentido, no caso do Collegio de Pedro Segundo, esse processo distanciava sua organização do trabalho didático da proposta de Comenius desde o século XVII, já presente no ensino primário neste momento histórico, que via o professor como mero executor de operações ligadas ao trabalho didático. Para tal, um terceiro texto escolar, o manual didático, deveria ser suficiente para permitir, a qualquer professor, ao seguir suas orientações, ser capaz de realizar o trabalho didático a contento. Como dizia Comenius, no trabalho didático, havia um só elemento que nunca poderia faltar: o manual didático.

Concluindo, podem ser observados três momentos em relação aos compêndios, na história da educação no Brasil, apresentados por meio do quadro 1.

**Quadro 1 – Os instrumentos do trabalho didático no ensino secundário, no Brasil – séculos XVIII a XX**

Período	Modalidade de instrumento didático	Função/conteúdo	Por quem eram produzidos
Séc. XVIII	Textos clássicos	Uso social amplo	Autores clássicos
Séc. XIX	<i>Postilas</i>	Escolar	Alunos
Séc. XIX	Compêndios estrangeiros	Escolar	Autores clássicos
Séc. XX	Compêndios produzidos no Brasil	Escolar	Professores das respectivas matérias

Conforme demonstrado pelo quadro, para o trabalho didático, durante o século XVIII, o preceptor utilizava textos clássicos. Destaca-se que esse instrumento tinha ampla função social. As *Postilas*, predominantes no século XIX, eram produzidas pelos próprios alunos, ao final de cada aula e, em razão da precariedade dos recursos textuais disponíveis, permaneceram em uso até o final do século XIX. No mesmo período histórico já eram utilizados compêndios estrangeiros. A partir do século XX passaram a ser utilizados, predominantemente, os compêndios produzidos pelos professores das respectivas matérias.

**Palavras-chave:** Organização do trabalho didático. Textos escolares. Compêndios.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gilberto Luiz. Escola Pública: funções, projeto de formação e trabalho didático. *Educativa*, Goiânia, v. 12, n.1, p. 151-161, jan./jun. 2009.

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna:** formas históricas. Campinas: Autores Associados, 2005.

ALVES, Gilberto Luiz. **Textos escolares no Brasil:** clássicos, compêndios e manuais didáticos. Campinas: Autores Associados, 2015.

ALVES, Gilberto Luiz; CENTENO, Carla Villamaina. Compêndios de História do Brasil no Colégio Pedro II: Império e primeira metade do século XX. In: ALVES, G. L. (org.). **Textos escolares no Brasil:** clássicos, compêndios e manuais didáticos. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 61 – 113.

BRASIL. **Decreto de 29 de novembro de 1837.** Conversão do Seminário de S. Joaquim em Collegio de instrução secundária, com denominação de Collegio Pedro II, e outras disposições. Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/historia\\_cp2/collecao\\_leis\\_1837\\_parte2.6668.pdf](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2015/historia_cp2/collecao_leis_1837_parte2.6668.pdf). Acesso em: 31 mar. 2020.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva; Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/mauriziomarchetti583/as-reformas-pombalinas-da-instruo-publica-laerte-ramos-de-carvalho>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

COMÊNIO, João Amós. **Didáctica Magna:** Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbelkian, 2006.

COUTINHO, José Joaquim Cunha de Azeredo. **Estatutos do Seminário Episcopal de N. Senhora da Graça, da Cidade de Olinda, de Pernambuco.** Lisboa: 1798.

CORRÊA, Marcio Ferreira Nery. **Um ideológico da brasilidade em sala de aula:** Justiniano

da Rocha, o primeiro professor de Geografia do Imperial Collegio de Pedro II. Giramundo, Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, p. 51-68, jan./jun. 2015.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos Jesuítas**. O Ratio Studiorum. Rio de Janeiro: AGIR, 1952.

NEGRÃO, Ana Maria Melo. **Resenha: Leonel Franca, S.J. O método pedagógico dos jesuítas**: O ratio Studiorum. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 14, p. 154 a 157 maio/ago. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782000000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200010). Acesso em: 24 mar. 2020.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. **O Collegio Pedro II e a institucionalização da Geografia escolar no Brasil Império**. Giramundo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 15 – 34, jan./jun. 2014.

VECHIA, Ariclê; LORENZ, Karl Michael. **Imperial Collegio de Pedro II: Portal de ideias educacionais europeias para o Ensino Secundário brasileiro: 1838 – 1878**. In: VII SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRICA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 7, 2006. **Anais...** Campinas: HISTEDBR/UNICAMP, 2006. p. 1.